

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE ESTADOS, DISTRITO FEDERAL, MUNICÍPIOS, CONSÓRCIOS PÚBLICOS E ARRANJOS REGIONAIS A SEREM APOIADOS PELO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUSTENTÁVEL – FDIRS, COM VISTAS À ESTRUTURAÇÃO E À MODELAGEM DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO.

EDITAL DISPONÍVEL EM: 10/03/2026

DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROJETOS: 15/05/2026

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUSTENTÁVEL – FDIRS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.441.766/0001-81, doravante denominado simplesmente FDIRS, representado por sua Gestora, **VINCI INFRAESTRUTURA GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.859.417/0001-11, com sede na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22431-002, torna público o **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PROJETOS DE ESTADOS, DISTRITO FEDERAL, MUNICÍPIOS, CONSÓRCIOS PÚBLICOS E ARRANJOS REGIONAIS – A SEREM APOIADOS PELO FDIRS, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A ESTRUTURAÇÃO E A MODELAGEM DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO**, observadas as previsões da Lei nº 12.712/12, que instituiu o FDIRS, das políticas e do Estatuto do Fundo, bem como as disposições deste EDITAL e seus ANEXOS.

1.2. Além da prestação de serviços técnicos profissionais especializados com vistas a apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e PPPs, o FDIRS está autorizado a ofertar garantias para cobertura ou mitigação de riscos no âmbito dos referidos projetos, sempre de forma indireta, atuando, para esse fim, por meio de instrumentos garantidores, nos termos de seu Estatuto e de sua Política de Cobertura de Riscos por meio de Instrumentos Garantidores.

1.3. O EDITAL e seus ANEXOS estarão disponíveis para download no endereço eletrônico <https://www.fdirs.com.br/chamamento-publico/>, cabendo aos PROPONENTES assegurar o acesso completo a toda a documentação relativa ao CHAMAMENTO PÚBLICO, sendo vedada qualquer alegação posterior de insuficiência ou desconhecimento, e não se responsabilizando o FDIRS por documentos obtidos fora do local indicado.

1.4. A participação no CHAMAMENTO PÚBLICO implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, condições e disposições do EDITAL e de seus ANEXOS, bem como das demais normas aplicáveis, não sendo admitidas alegações futuras de desconhecimento de quaisquer de suas informações.

1.5. Eventuais alterações deste EDITAL e de seus ANEXOS serão vinculantes para todos os PROPONENTES, e divulgadas da mesma forma em que se deu a publicidade deste instrumento.

1.5.1. As comunicações eletrônicas referentes a este EDITAL, incluindo avisos, respostas a esclarecimentos e impugnações, eventuais alterações e versões digitalizadas de documentos produzidos no âmbito do certame, serão realizadas por meio de correio eletrônico divulgado pelo PROPONENTE, sendo seu dever acompanhá-las, podendo, a critério da Administradora do FDIRS, haver a comunicação no endereço eletrônico <https://www.fdirs.com.br/chamamento-publico/>.

1.5.2. Eventuais direcionamentos, dúvidas e esclarecimentos podem ser encaminhados a qualquer momento para o endereço eletrônico chamamento.educacao@fdirs.com.br.

1.6. O CHAMAMENTO PÚBLICO seguirá a ordem de eventos indicados na tabela abaixo, podendo as datas, se necessário, serem prorrogadas, observada a disposição do Item 1.3:

EVENTO	DESCRIÇÃO DOS EVENTOS	DATA
1	Publicação do EDITAL	10/03/2026
2	Final do prazo para apresentação de pedido de esclarecimento e impugnação ao EDITAL	30/04/2026
3	Final do prazo para respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações	08/05/2026
4	Final do prazo de inscrição dos PROPONENTES e de envio dos documentos de habilitação e priorização	15/05/2026
5	Divulgação dos projetos habilitados para a etapa de seleção	05/06/2026
6	Divulgação dos projetos selecionados	19/06/2026
7	Prazo adicional para manifestação dos projetos inabilitados	10/07/2026

8	Divulgação dos projetos selecionados em caráter definitivo	24/07/2026
---	--	------------

1.7. Verificada a presença dos elementos técnicos necessários, poderão ser habilitados e selecionados projetos antes das datas mencionadas nos eventos 5 e 8 da cláusula 1.6, mantendo-se o curso regular do cronograma e dos eventos para os demais projetos.

1.8. Todas as referências de tempo contidas neste EDITAL, em seus ANEXOS e em eventuais atos expedidos pelo FDIRS relacionados ao presente CHAMAMENTO PÚBLICO, observarão o horário de Brasília/DF.

1.9. A seleção a que se refere este CHAMAMENTO PÚBLICO será realizada pela Comissão de Seleção de Projetos (CSP), designada pela Administradora do FDIRS, e as decisões serão tomadas pela Administradora do FDIRS, na forma prevista na Política de Seleção de Projetos Apoiáveis e de Instituições Estruturadoras.

1.10. Todas e quaisquer despesas e/ou custos incorridos pelos PROPONENTES em razão do presente CHAMAMENTO PÚBLICO correrão às suas expensas, sendo de sua exclusiva responsabilidade e risco, ficando o FDIRS isento de qualquer responsabilidade ou ressarcimento, independentemente do resultado da seleção, ou mesmo no caso de sua não efetivação, por qualquer motivo, como anulação ou revogação do certame.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Regerão o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, para além das disposições deste EDITAL e em seus ANEXOS, as políticas e o Estatuto do FDIRS, todas disponíveis no endereço eletrônico <https://www.fdirs.com.br/>, bem como as demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes.

3. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO EDITAL

3.1. Integram o presente EDITAL, como partes dele indissociáveis, os seguintes ANEXOS:

3.1.1. ANEXO I – Objetivos e diretrizes para elaboração de projetos de Educação

3.1.2. ANEXO II - Formulário

3.1.3. ANEXO III – Minuta de Contrato de Estruturação – FDIRS

3.1.3.1. ANEXO I do Contrato – Minuta de Termo de Referência

3.1.3.2. ANEXO II do Contrato – Minuta das Especificações Técnicas

3.1.4. ANEXO IV – Modelos de Declarações

4. DO OBJETO

4.1. O objeto do presente EDITAL é o chamamento público de PROPONENTES para seleção de projetos a serem apoiados pelo FDIRS.

4.2. Para apoio na estruturação e na modelagem de PPPs no âmbito do FDIRS, serão selecionados projetos na **Área de Educação**, que poderão ter como escopo a atuação relativa às unidades educacionais, destacando-se:

- a) Escolas de Educação Infantil;
- b) Escolas de Ensino Fundamental; e
- c) Escolas de Ensino Médio.

4.3. As PPPs a serem estruturadas podem ter como escopo, dentre outras possibilidades, ampliação, construção, reforma, requalificação, conservação, manutenção preventiva e corretiva predial, fornecimento e manutenção de equipamentos e materiais para os referidos equipamentos, não incluindo materiais pedagógicos ou para qualquer outra finalidade não descrita neste EDITAL e seus ANEXOS, bem como a prestação de serviços não pedagógicos de apoio à gestão escolar, abrangendo, dentre outros, limpeza, zeladoria, vigilância eletrônica, alimentação e serviços e utilidades de tecnologia da informação e comunicação (TIC), observadas as especificidades do ANEXO I do EDITAL – Objetivos e diretrizes para elaboração de projetos de Educação.

4.4. Os Investimentos e Serviços que integrem o projeto deverão observar os requisitos e excludentes previstos no Escopo do Credenciamento descrito no item 3 do ANEXO I - Objetivos e diretrizes para elaboração de projetos de Educação.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão se inscrever no presente CHAMAMENTO PÚBLICO os PROPONENTES regularmente constituídos na forma da legislação vigente, comprovado o atendimento aos requisitos previstos neste EDITAL.

5.2. A inscrição do PROPONENTE para participar deste CHAMAMENTO PÚBLICO do FDIRS será realizada por intermédio de formulário específico, cujo modelo está indicado no ANEXO II – Formulário, devendo ser encaminhado ao endereço eletrônico chamamento.educacao@fdirs.com.br.

5.2.1. Os formulários deverão ser enviados pelos PROPONENTES pelo prazo definido no evento nº 4 do item 1.6 deste EDITAL, podendo o prazo ser prorrogado, a critério da Administradora do FDIRS.

5.2.2. A ausência de preenchimento de informações no ato de inscrição, desde que não abranja a totalidade dos campos disponibilizados no formulário específico, não ensejará a desclassificação do PROPONENTE, o qual será

provocado, em sede de diligência, a promover a complementação dos dados faltantes no prazo informado pela CSP.

5.2.3. A qualidade das informações preenchidas, os potenciais benefícios socioeconômicos e a análise de mercado sobre a viabilidade dos projetos inscritos não serão objeto de Avaliação pela CSP, sendo objeto de análise nos estudos a serem elaborados para fins de estruturação e modelagem das PPPs.

5.3. Somente poderão participar no presente CHAMAMENTO PÚBLICO, os PROPONENTES que apresentem projetos com as seguintes características:

- a) que se voltem à construção e/ou reforma, ampliação ou requalificação de infraestrutura para a oferta de ensino infantil, fundamental e/ou médio;
- b) no caso de o PROPONENTE ser Município ou Arranjo Regional, que contemplem:
 - a. no mínimo, 7 (sete) novas unidades educacionais para construção; ou
 - b. no mínimo, 4 (quatro) unidades educacionais para construção e 11 (onze) unidades educacionais para reforma, ampliação ou requalificação; ou
 - c. no mínimo, 24 (vinte e quatro) reformas.
- c) no caso de o PROPONENTE ser Estado, que contemplem:
 - a. no mínimo, 6 (seis) novas unidades educacionais para construção; ou
 - b. no mínimo, 2 (duas) unidades educacionais para construção e 8 (oito) unidades educacionais para reforma, ampliação ou requalificação; ou
 - c. no mínimo, 12 (doze) reformas.
- d) que contemplem a prestação de serviços de apoio não pedagógicos, voltados à adequada operação das unidades escolares, abrangendo, dentre outros, limpeza, zeladoria, vigilância eletrônica, alimentação e serviços e utilidades de TIC;
- e) que mantenham a prestação dos serviços pedagógicos sob responsabilidade do Ente, não sendo passíveis de delegação à iniciativa privada no projeto.

5.4. Como condição para participação na seleção, os Consórcios Públicos interessados, que poderão ter natureza de direito público ou privado, deverão estar legalmente constituídos e comprovar sua competência para a atuação no âmbito dos serviços públicos objeto do projeto a ser apresentado na forma deste EDITAL, conforme finalidades e objetivos inscritos no ato normativo instituidor ou autorizativo do arranjo interfederativo, tais como regiões metropolitanas, microrregiões, aglomerações urbanas ou outras modalidades admitidas no ordenamento jurídico.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Para serem apoiados pelo FDIRS, os PROPONENTES deverão cumprir as condições de habilitação a seguir descritas.

6.2. O PROPONENTE, além de preencher o formulário de que trata o Item 5.2 deste EDITAL, deverá encaminhar à CSP, como critérios de **habilitação jurídica**:

6.2.1. No caso de Estado, Distrito Federal ou Município, sua qualificação completa, contendo o número de inscrição no CNPJ, a sede e os dados de seu representante legal, acompanhados do ato por meio do qual tenham sido outorgados os poderes de representação;

6.2.2. No caso de Consórcio Público ou Arranjo Regional, no que for aplicável:

6.2.2.1. A lei que o instituiu ou autorizou sua criação;

6.2.2.2. O ato constitutivo da pessoa jurídica, se for dotado de natureza jurídica de direito privado;

6.2.2.3. Os protocolos de intenções em vigor;

6.2.2.4. Documento que comprove a decisão colegiada de adesão a este Chamamento dos entes federativos que compõem a proposta, ou declaração de cada ente federativo que compõe a proposta, indicando sua adesão à proposta para este Chamamento;

6.2.2.5. Os dados de seu representante legal e a ata de posse que comprove a vigência da outorga de poderes de representação;

6.2.2.6. Os dados de qualificação dos entes participantes do consórcio.

6.2.3. Para Consórcio Público dotado de natureza jurídica de direito privado, será aceito como documento de habilitação o protocolo do pedido de constituição da pessoa jurídica junto ao órgão competente, devendo ser o ato constitutivo apresentado como condição para a posterior celebração de contrato, caso o projeto seja selecionado.

6.2.4. Para Região Metropolitana ou Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), deve ser apresentada Lei complementar que considere de interesse comum os serviços de suporte à infraestrutura escolar para educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio que atendam a mais de um município.

6.2.5. É considerado critério de habilitação jurídica, ainda, o preenchimento das declarações componentes do ANEXO IV deste EDITAL, com destaque para a declaração de inexistência de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e contrato vigente com outro fornecedor de serviços de assessoria especializada cujo objeto coincida com o do projeto inscrito no âmbito deste CHAMAMENTO PÚBLICO.

6.3. Será critério para a **habilitação técnica** do PROPONENTE a apresentação dos seguintes documentos:

6.3.1. Formulário preenchido com os dados do projeto, incluindo aqueles inerentes ao déficit que justifique a necessidade de ampliação, de acordo com as especificidades da Área de Educação, conforme o ANEXO II;

6.3.2. Atendimento aos critérios do item 5.3 deste EDITAL;

6.3.3. Ato de designação de equipe multidisciplinar que acompanhará o projeto.

6.4. Será critério para a **habilitação econômico-financeira** do PROPONENTE, além das informações prestadas do formulário de que trata o item 5.2, a demonstração de regularidade fiscal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e do cumprimento do requisito de aplicação de impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

6.4.1. O Ente deve apresentar gastos com pessoal limitados a 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme LRF.

6.4.1.1. A comprovação dos limites de gastos com pessoal se dará pelos dados obtidos do Relatório de Gestão Fiscal enviado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referentes ao ano de 2024 ou ao período mais atualizado disponível.

6.4.2. A dívida consolidada do Ente deve obedecer ao limite de 1,2 vezes da sua RCL, conforme LRF.

6.4.2.1. A comprovação da observância do limite da dívida consolidada se dará pelos dados obtidos do Relatório de Gestão Fiscal enviado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referentes ao ano de 2024 ou ao período mais atualizado disponível.

6.4.3. Disponibilidade da RCL para contratação de PPP, conforme o disposto no artigo 28 da Lei Federal nº 11.079/2004 e na Portaria STN/MF nº 138/2023.

6.4.3.1. A comprovação se dará pelos dados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) mais recente, ou declaração de habilitação emitida pelo Tribunal de Contas Estadual, nos casos em que se aplicar.

6.4.3.2. A RCL será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

6.4.4. Será exigido o cumprimento dos critérios de habilitação econômico-financeira por todos os Entes integrantes de Consórcio Público ou do Arranjo Regional.

6.5. Será admitida a alteração dos Entes componentes do Consórcio Público ou do Arranjo Regional, desde que respeitadas as condições de participação e de habilitação previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

6.6. Além dos estabelecidos neste Item 6, a execução das iniciativas dos PROPONENTES deverá atender aos requisitos específicos para a área do projeto, observado o ANEXO I.

6.7. Além dos estabelecidos neste Item 6, os PROPONENTES deverão preencher os Modelos de Declaração presentes no ANEXO IV.

7. DAS ETAPAS DO CHAMAMENTO PÚBLICO

7.1. O processo de CHAMAMENTO PÚBLICO terá início com a inscrição do projeto pelo PROPONENTE, no prazo definido no evento nº 4 do item 1.6 do presente EDITAL.

7.2. Juntamente com a inscrição do projeto, deverão ser enviados os documentos exigidos para habilitação.

7.3. Findo o prazo de inscrição, a CSP procederá à habilitação dos PROPONENTES, momento em que será aferido o cumprimento das condições de participação e habilitação previstas na forma dos Itens 5 e 6 deste EDITAL, observada a hipótese de antecipação desta etapa prevista no item 1.6.

7.3.1. Ressalvado o disposto no item 1.7, o resultado da habilitação será divulgado pela CSP no prazo de 10 (dez) dias após o fim das inscrições, podendo ser habilitados até 30 projetos inscritos pelos PROPONENTES, ressalvada a hipótese de a Administradora do FDIRS admitir um quantitativo maior.

7.4. Encerrada a etapa de habilitação, será iniciada a etapa de seleção, por meio da qual a CSP averiguará a aderência dos projetos ao FDIRS, observados os critérios de priorização, os objetivos e as diretrizes previstos no ANEXO I deste EDITAL.

7.4.1. Na etapa de seleção, a priorização se dará pela região, de acordo com o art. 32, §2º da Lei nº 12.712/12, maior população impactada, cuja demanda seja comprovada, bem como os projetos que envolvam maior expansão dos serviços.

7.5. Na etapa de seleção, poderão ser priorizadas as análises dos projetos que primeiro concluíram o envio dos documentos necessários para participação e habilitação previstos nos itens 5 e 6 deste edital.

7.6. Durante as etapas de habilitação e seleção de projetos, a CSP poderá realizar diligências junto aos PROPONENTES, a exemplo de pedidos de esclarecimentos e complementação de dados, informações e documentos, os quais deverão ser atendidos no prazo informado no ato de requisição.

7.6.1. Caso a análise documental comprove o não atendimento de um ou mais critérios de participação e habilitação, mesmo que depois de realizada a diligência, o PROPONENTE será instado a regularizar a situação, no prazo de até 30 (trinta) dias.

7.6.2. Findo o prazo previsto no item 7.6.1 sem a regularização da situação, o PROPONENTE será declarado inapto à celebração do CONTRATO.

7.6.3. Do resultado da seleção caberá recurso, a ser proposto pelo PROPONENTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de sua divulgação pela CSP, vedado o cabimento de contrarrazões.

7.6.4. Recebido o recurso, se tempestivo, a CSP procederá à análise das razões recursais, podendo manter ou reformar a decisão anteriormente expedida, motivadamente.

7.7. Após a divulgação do resultado definitivo da seleção, os PROPONENTES classificados e selecionados serão convocados para a assinatura do CONTRATO mediante o envio completo dos documentos necessários, podendo o FDIRS priorizar a assinatura de contrato com base nos critérios definidos no item 6 do ANEXO I – Objetivos e Diretrizes para elaboração de Projetos de Educação.

7.7.1. O objeto do CONTRATO será o apoio do FDIRS aos PROPONENTES na estruturação e modelagem de projetos de PPPs.

7.8. Para a celebração do CONTRATO, os PROPONENTES convocados deverão comprovar a manutenção das condições de participação e de habilitação previstos neste EDITAL e seus ANEXOS.

7.9. Além das condições de participação e habilitação, os PROPONENTES deverão possuir e/ou providenciar a legislação necessária e equipe técnica suficiente à implementação dos projetos de PPPs para a formalização do CONTRATO.

7.10. A minuta do CONTRATO disponibilizada no ANEXO III deste EDITAL é padrão, e poderá ser alterada caso haja necessidade de atualização e/ou adequação.

7.11. É vedada a formalização do CONTRATO entre o FDIRS e o PROPONENTE inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) ou inadimplente com o FDIRS em contratações anteriores, devendo a regularidade ser comprovada no momento da assinatura do CONTRATO.

7.11.1. Para o caso de Consórcios Públicos, a exigência do item 7.11 deverá ser cumprida por todos os Entes que os componham.

7.12. É, ainda, condição para celebração do CONTRATO, que não haja Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para delegação dos serviços públicos a serem objeto do projeto de PPP em andamento no âmbito do PROPONENTE.

7.12.1. Consideram-se processos de PMI em andamento aqueles que não tenham sido formalmente encerrados.

7.12.2. O PROPONENTE deverá comprovar o encerramento de PMI porventura existente, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir da data de convocação para assinatura do CONTRATO.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. O PROPONENTE, ao aderir ao presente EDITAL, compromete-se a:

8.1.1. Fornecer todas as informações solicitadas pelo FDIRS, incluindo estudos, dados técnicos, financeiros e socioeconômicos necessários para a avaliação do projeto, de maneira completa e dentro dos prazos estipulados;

8.1.2. Indicar equipe técnica responsável pelo acompanhamento das ações, facilitando a execução das etapas do CHAMAMENTO PÚBLICO;

8.1.3. Informar à CSP a alteração de quaisquer condições de participação e habilitação previamente informadas.

8.2. Caberá ao FDIRS, no que couber:

8.2.1. Proceder com a análise dos documentos enviados pelos PROPONENTES, com a devida avaliação de aderência das propostas aos critérios estabelecidos neste EDITAL e seus ANEXOS, resguardado o tratamento isonômico dos participantes; e

8.2.2. Priorizar e ranquear os projetos enviados para fins de seleção das iniciativas.

9. RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS DO FDIRS

9.1. O PROPONENTE se compromete a inserir, nos documentos editais da(s) futura(s) Parceria(s) Público-Privada(s), como condição precedente à assinatura dos respectivos contratos de PPP, cláusula que determine que o licitante adjudicatário realize o pagamento do valor total dos estudos realizados pelo FDIRS para fins de modelagem e estruturação do projeto, na forma das políticas e do Estatuto do Fundo.

10. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

10.1. É facultado a qualquer cidadão e/ou PROPONENTE solicitar esclarecimentos e/ou impugnar o presente EDITAL, por meio do endereço eletrônico chamamento.educacao@fdirs.com.br até o prazo estipulado no evento nº 2 da cláusula 1.6.

10.1.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão conter identificação completa do solicitante ou impugnante, incluindo endereço eletrônico.

10.1.2. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser redigidos em Língua Portuguesa, com identificação completa do solicitante ou impugnante, incluindo endereço eletrônico.

10.2. Não serão admitidos pedidos de esclarecimentos ou impugnações que tenham sido formulados em desconformidade com o disposto neste EDITAL.

10.3. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão divulgadas a todos os interessados, em até 03 (três) dias úteis da data do protocolo, limitado ao último dia útil anterior à data de encerramento das inscrições.

10.4. No caso de ausência de pedidos de esclarecimentos e impugnações, ou após serem respondidos, será considerado que todos os elementos fornecidos no EDITAL são suficientemente claros e precisos para todos os atos se cumprirem no âmbito do CHAMAMENTO PÚBLICO, não restando direito a qualquer reclamação ulterior pelos PROPONENTES, dado que a participação no certame implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste EDITAL.

10.5. Para todos os efeitos de direito, as respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações farão parte integrante do presente EDITAL.

10.6. A Administradora do FDIRS, ao seu exclusivo critério, seja em consequência de esclarecimentos, de impugnações ao EDITAL e/ou de qualquer outro motivo de interesse público, poderá alterar o EDITAL, em qualquer ocasião, antes da data de encerramento das inscrições.

10.6.1. Na hipótese de que trata o item 10.6, o EDITAL alterado será divulgado da mesma forma em que se deu o texto original, sendo reaberto o prazo mínimo legalmente estabelecido apenas quando a modificação afetar a formulação dos Planos de Trabalho dos projetos.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente processo de CHAMAMENTO PÚBLICO terá validade de 2 (dois) anos, prorrogáveis, a critério da Administradora do FDIRS.

11.2. O presente processo de CHAMAMENTO PÚBLICO, com a devida fundamentação pela Administradora do FDIRS, poderá ser revogado ou anulado, inclusive durante a vigência de seu prazo de validade.

11.3. Quando não explicitado, os prazos previstos neste EDITAL serão contados em dias corridos, excluindo-se de sua contagem o dia inicial e incluindo-se o dia final.

11.4. Casos especiais ou omissos serão deliberados pela Administradora do FDIRS, dando-se ampla publicidade à deliberação.